



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de julho de 2022, pelas 16:04 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na(o) Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1. Informações;

O Senhor Presidente da Comissão informou que tinha decorrido a reunião com a Comissão BUDG do Parlamento Europeu, tendo participado Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, a quem agradeceu a participação, da Comissão de Orçamento e Finanças, da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação e da Subcomissão para o Acompanhamento dos Fundos Europeus e do PRR. Referiu ainda que os Deputados ao Parlamento Europeu que integraram a delegação da Comissão BUDG ficaram muito agradados com a reunião tida.

#### 2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), informou que tinham sido sinalizadas três iniciativas para escrutínio e três iniciativas conhecimento.

Seguidamente, o Senhor Coordenador apresentou as seguintes propostas de deliberações:

<a href="#">COM(2022)338</a>	2022-07-14	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a normas de qualidade e segurança para as substâncias de origem humana destinadas à aplicação em seres humanos e que revoga as Diretivas 2002/98/CE e 2004/23/CE	Escrutínio à 9ª CS
------------------------------	------------	---	--------------------

**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

<a href="#">COM(2022)209</a>	2022-07-18	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para prevenir e combater o abuso sexual de crianças	Escrutínio à 1ª CACDLG
<a href="#">COM(2022)349</a>	2022-07-19	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa	Escrutínio à 3ª CDN
<a href="#">COM(2022)337</a>	2022-07-15	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório sobre a Política de Concorrência 2021	Conhecimento à 6ª CEOPPH
<a href="#">COM(2022)345</a>	2022-07-19	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito da Comissão Mista UE-CTC instituída pela Convenção de 20 de maio de 1987 relativa à simplificação das formalidades no comércio de mercadorias e da Comissão Mista UE-CTC instituída pela Convenção de 20 de maio de	Conhecimento à 6ª CEOPPH

**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

		1987 sobre um regime de trânsito comum no que respeita a convites à Ucrânia para aderir às referidas Convenções	
<a href="#">COM(2022)500</a>	2022-07-20	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório de 2022 sobre o Estado de direito: Situação na União Europeia	Conhecimento à 1ª CACDLG
<a href="#">COM(2022)331</a>	2022-07-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o seguimento dado à quitação do exercício de 2020	
<a href="#">COM(2022)340</a>	2022-07-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU Síntese dos relatórios anuais de execução dos programas operacionais cofinanciados pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas em 2020	

**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

<a href="#">COM(2022)341</a>	2022-07-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução da assistência macrofinanceira a países terceiros em 2021	
<a href="#">COM(2022)343</a>	2022-07-19	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que define a posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto sobre reconhecimento mútuo das qualificações profissionais criado ao abrigo do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, no que respeita à adoção de uma decisão final de um acordo sobre o reconhecimento mútuo das qualificações profissionais dos arquitetos	

Submetidas a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do GH, PCP e do BE.

**3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

a) [COM \(2022\)197](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde– Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias e da Comissão de Saúde

Deputado Autor do Parecer: Susana Correia e Jorge Seguro Sanches (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE – Prazo de envio - 02/09/2022

A Senhora Deputada Susana Correia (PS) fez uma breve apresentação do Parecer, tendo usado da palavra, na fase de debate, o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD).

Colocado à votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, PCP e do BE.

b) [COM \(2022\)156](#) - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) e a Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa à deposição de resíduos em aterros

Deputado Autor do Parecer: Rui Lage (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE – Prazo de envio - 20/07/2022

O Senhor Deputado Rui Lage (PS) fez uma breve apresentação do Parecer.

Colocado à votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, PCP e do BE.

4. Nomeação de Deputado autor de parecer da CAE para pronúncia da Assembleia da República no âmbito de matérias de competência legislativa reservada que estejam pendentes de decisão em órgãos da União Europeia



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

(nos termos dos artigos 1.º-A e 2.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua atual versão):

**Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) [[COM \(2021\) 732](#)] e a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) [[COM \(2021\) 733](#)];**

**Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD**

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira como autor deste Parecer.

- 5. Discussão do [Projeto de Resolução 155/XV/1.ª](#) - Manifesta formalmente a oposição da Assembleia da República à introdução da energia nuclear e do gás natural na lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis abrangidas pela taxonomia da União Europeia e recomenda ao Governo que assegure que Portugal prossegue a sua oposição a esta alteração, avaliando designadamente a possibilidade de recurso junto do Tribunal de Justiça da União Europeia (PAN);**

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) procedeu à apresentação da iniciativa, começando por referir que pretendia trazer à Assembleia da República a discussão da proposta de Comissão Europeia (CE) que prevê a inclusão de atividades específicas nos domínios da energia nuclear e do gás na lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, abrangidas pela designada taxonomia da União Europeia. Concretamente, referiu que com tal alteração, as atividades económicas ligadas ao gás natural e à energia nuclear poderiam ser financiadas e subsidiadas por via de fundos europeus, colocando em causa os objetivos climáticos europeus estipulados no Pacto Ecológico Europeu e os assumidos no Acordo de Paris.



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

Destacou ainda que, esta proposta da Comissão Europeia não garantia que estas energias fossem uma alternativa viável para assegurar a independência energética da União Europeia. Concluiu referindo que Portugal devia alinhar com as posições de países como a Áustria ou Luxemburgo de rejeitar esta iniciativa, recorrendo, se necessário, ao Tribunal de Justiça da União Europeia, atendendo às graves violações de diversas disposições do direito da União Europeia por parte desta proposta e do seu processo de aprovação.

Na discussão que se seguiu, interveio o Senhor Deputado Rui Lage (PS) que referiu que este Regulamento da taxonomia era um sistema de rotulagem das atividades industriais e empresariais que a União Europeia considerava como sustentáveis e que não vinculavam investimentos nestas atividades em detrimento de outras. Salientou, contudo, que a inclusão do gás natural e da energia nesta categoria enviava um sinal ambíguo e negativo à sociedade civil, indo ao arrepio do previsto no Pacto Ecológico Europeu, tendo sido esse o entendimento do Governo e do conjunto do Deputados portugueses ao Parlamento Europeu sobre esta matéria, concluindo que o GP do PS iria acompanhar a resolução proposta pelo PAN. Referiu, no entanto, que a temática não era simples tecendo alguns comentários sobre a exposição de motivos da iniciativa, nomeadamente, realçando que o gás natural era regulado como uma energia de transição, pelo que seria utilizada por um período de tempo limitado, acrescentando que este tipo de energia, em termos ambientais, era melhor que o uso do carvão. Salientou que era necessário focar-se no futuro, mas sem descurar o presente, dando como exemplo a Alemanha que se viu obrigada a reabrir centrais de carvão e mesmo Portugal, dada a situação de seca extrema, bateu recordes na importação de gás natural. Concluiu referindo que acreditava ter sido este o racional da UE e que as regras do Pacto Ecológico Europeu se mantinham, reforçando que a União considerava que estas energias eram de transição, no entanto, transmitiam um sinal negativo à sociedade civil com a inclusão destas duas formas de energia como sustentáveis, correndo um risco de haver desvios de investimentos para este tipo de energias ao invés das energias renováveis.

O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) concordou com alguns argumentos apresentados pelo GP do PS, não entendendo como poderiam acompanhar esta iniciativa. Afirmou que o seu grupo parlamentar nesta matéria alinhava-se com a maioria



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

do Parlamento Europeu no entendimento de que estas duas formas de energia eram sustentáveis e eram de transição. Referiu que a Alemanha era um exemplo de uma má transição energética, pelo facto de o ter feito à pressa, tendo sido obrigada a reativar as centrais a carvão, considerando que, ao invés disso, era melhor recorrer ao gás natural ou à energia nuclear. Reforçou a posição do seu grupo parlamentar de que este não era o cenário ideal pois a energia utilizada deveria ser apenas a renovável, mas não era essa realidade, tendo em consideração o contexto atual de guerra. Concluiu referindo que seria um erro do Parlamento português aprovar esta resolução.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) iniciou a sua intervenção com um breve enquadramento do tema das energias renováveis, destacando que estas não eram constantes, mas sim voláteis, salientando a importância de Portugal aceder à rede energética transeuropeia para que, nos períodos em que a energia renovável não seja suficiente, seja possível obter a energia em falta, sendo por isso mais relevante ter-se diversas fontes de energia. Em relação à energia nuclear, destacou os avanços tecnológicos concretizados nesta área, pelo que não considerava aconselhável descartar preliminarmente a utilização deste tipo de energia, apesar de se manter sempre os princípios da transição energética. Contudo, considerava que era importante ser-se racional relativamente aos tipos de energia disponíveis à data, dado o contexto de crise energética que se vivia na Europa causada pela guerra na Ucrânia, com o risco de a Europa central ficar sem acesso a energia a breve trecho ou mesmo de não haver energia suficiente para finalidades como aquecimento ou a iluminação pública. Concluiu referindo que, sem ferir os princípios que todos concordavam, considerava precipitado decidir sobre esta matéria, pelo que o GP do PSD não poderia acompanhar a proposta nos termos em que a mesma surgia.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) tomou a palavra para referir que a opção de inclusão destas energias na taxonomia iria legitimar os investimentos e os apoios europeus nestas fontes energéticas. podendo-se estar presente perante uma situação que não seja meramente provisória, havendo metas ambientais que não podiam ser ignoradas. Referiu que compreendia as preocupações legítimas relativamente à dependência do gás russo bem como da volatilidade das energias renováveis referida, mas não se podia ignorar que o processo da iniciativa em causa tinha incorrido em violações graves do direito da U, nomeadamente, a falta de consulta





## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

aos Estados-Membros. Referiu que a posição do GP do PSD e do IL tinha sido uma surpresa, apesar de conhecia a posição do GP do IL em matéria ambiental, acreditando ainda que estava em causa o futuro, do ponto vista ambiental, com graves retrocessos como era o caso desta matéria que poria em risco os compromissos europeus.

#### **6. Outros assuntos;**

O Senhor Presidente da Comissão informou que a próxima reunião da Comissão seria na semana de 25 a 29 de julho para fixação de redações finais e que os trabalhos parlamentares retomariam no dia 6 de setembro. Relativamente à Conferência Interparlamentar sobre as Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa que implicam alterações aos Tratados, o Senhor Presidente informou que a proposta de data era 21 de setembro e que o programa tinha sido remetido, para validação, ao Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, acrescentando que, caso fosse aceite, seria um evento da Assembleia da República. Relativamente à visita ao Alqueva, referiu que se previa realizar no dia 27 de setembro, com saída às 8:00 e regresso às 19:00, acrescentando que a Comissão de Agricultura e Pescas deveria igualmente participar na visita. Por fim, destacou que quando o programa estivesse concluído, seria colocado à discussão e votação na Comissão. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) questionou se a visita era apenas para os membros efetivos da Comissão ou se os membros suplentes poderiam participar, tendo o Senhor Presidente da Comissão informado que à partida seria aberto a todos os membros.

De seguida, o Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) referiu que, relativamente ao Projeto de Resolução que tinha baixado à 1ª CACDLG e que o seu Grupo Parlamentar pretendia que baixasse também à CAE, que o Gabinete do Presidente da Assembleia da República informou que o pedido de baixa deveria ser apresentado pela Comissão e não pelo Grupo Parlamentar, tal como tinha sido definido na reunião anterior da Comissão. No entanto, informou que o seu Grupo Parlamentar iria prescindir do pedido de baixa uma vez que teria oportunidade de debater este tema em plenário.

#### **7. Apreciação e votação das atas n.º 15 de 5 de julho e n.º 16 de 13 de julho.**



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), colocou à apreciação e votação a ata n.º 15 de 5 de julho e n.º 16 de 13 de julho, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

---

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 julho 2022.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 19/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Edite Estrela (PS)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Luís Capoulas Santos (PS)  
Miguel Iglésias (PS)  
Natália Oliveira (PS)  
Rui Lage (PS)  
Catarina Rocha Ferreira (PSD)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
João Moura (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Ricardo Sousa (PSD)  
Sérgio Marques (PSD)  
Tiago Moreira De Sá (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Cegonho (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Sofia Matos (PSD)